



MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

Secretaria Nacional

HIGS 705 - BLOCO K - CASA 11 – Asa Sul - BRASÍLIA –DF

CEP: 70350-711 / Fone: (0xx61) 242 8535/244 5735

www.mabnacional.org.br E-mail: mab@mabnacional.org.br

Brasília, 02 de junho de 2005

Ilmo. Sr.

Enrique V. Iglesias

Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento

C.C. Membros do Diretório Executivo

Washington, D.C.

Prezado Sr. Iglesias;

Somos camponeses, garimpeiros, pescadores e ribeirinhos, expulsos pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, no interior do Estado de Goiás. Estamos realizando uma manifestação na sede brasileira do BID, em Brasília. Queremos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento tome medidas concretas e imediatas para resolver os graves problemas causados às nossas famílias, pela construção dessa barragem que foi por vocês financiada.

Estamos cansados de esperar. Há três anos, a hidrelétrica está em funcionamento e a população atingida vive em situação de total desespero. A empresa Suez-Tractebel recusa-se a negociar. O BID, através dos procedimentos de Auditoria Social, Relatório do Monitoramento Independente, Painel de Inspeção, entre outros, já reconheceu parte dos inúmeros problemas e a negligência da Tractebel na resolução dos problemas sociais. No entanto, nada foi feito até o momento. Nosso sistema judiciário é incapaz de garantir justiça e curva-se diante de grandes empresas. Já o governo brasileiro, com medo de espantar investidores, recusa-se a intermediar o conflito e quer transformar nossas famílias em “clientes de cestas-básicas”.

A Tractebel tem sido uma das principais multinacionais beneficiadas com a onda de privatizações dos serviços públicos. Diversos povos têm se levantado contra a ingerência dessa empresa no controle da água e da energia. Por toda à parte, multiplicam-se as acusações de escândalos e subornos a governos nacionais feitos pela Tractebel para atingir seus objetivos. O recente anúncio de antecipação do pagamento do empréstimo feito junto ao BID para a construção da barragem de Cana Brava, com o objetivo de livrar-se do constrangimento existente, é uma prática que não nos surpreende. No entanto, nem a Tractebel, nem o governo brasileiro e nem o BID estão isentos de responsabilidade sobre a situação existente na região. Caso não haja solução para os problemas criados por esses órgãos, a situação de conflito tende a se

agravar, caminhando cada vez mais para uma realidade de desespero e violência que não poderá mais ser controlada.

Exigimos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento tome providências para solucionar a situação, atendendo aos seguintes pontos:

- **O reassentamento imediato das 580 famílias atingidas que não foram consideradas pela Tractebel:** Neste reassentamento é necessário que tenha terra boa para o cultivo, sendo o tamanho mínimo conforme as recomendações da legislação brasileira. As terras devem ser adquiridas na região onde moramos atualmente. Para cada família reassentada, é necessário uma casa, sendo o seu tamanho conforme o número de pessoas da família. Na casa deve haver luz elétrica e água encanada de boa qualidade. No reassentamento deve haver estradas, um barracão para guardar a produção e ferramentas em cada lote. Também é necessário a construção de um centro comunitário, com escola, salão de festas, igreja, lugar para cemitério, campo de futebol e posto de saúde.
- **Ajuda de manutenção mensal para as 986 famílias atingidas, até que estas tenham condições de voltar a se sustentar:** A barragem tirou o trabalho e a renda de 986 famílias. Por isso, é necessário uma ajuda de custo mensal no valor de R\$ 300,00 para compra de remédios, vestimenta, livros e material escolar, pagar a luz e aluguel de casa provisória até que as novas casas fiquem prontas.
- **Crédito subsidiado para auxiliar na retomada da produção das 986 famílias atingidas:** A barragem prometeu desenvolvimento para a região, mas as comunidades ficaram mais pobres. É necessário um crédito subsidiado no valor de R\$ 3.000,00 por famílias para que ainda em 2005, todos possam investir na produção (plantio de lavouras, produção de peixe no lago, compra de vacas, compra de equipamentos, compra de mudas frutíferas, etc).
- **Revisão das indenizações:** é necessário a divulgação imediata dos critérios utilizados para definir os atingidos que foram reconhecidos e o valor das indenizações. Com estes dados, deve-se formar uma comissão tripartite (MAB + Governo Federal + BID/Tractebel) para rever e corrigir os erros. Exigimos da empresa a relação de todas as famílias com parecer de direito negado, bem como, os respectivos motivos que levaram ao parecer negativo.
- **Recuperação e desenvolvimento das comunidades e municípios atingidos pela barragem:** Constituição de um projeto popular de desenvolvimento da região atingida pela barragem de Cana Brava, com a disponibilização de um fundo de investimentos gerido pelas próprias famílias atingidas. O projeto deve equacionar os problemas causados pela construção da obra, como o isolamento de diversas comunidades parcialmente atingidas que ficaram sem estradas, sem balsa, sem transporte, etc.; o aparecimento de várias doenças após a barragem; a morte de centenas de animais por ataque de morcegos e outros animais, o que não ocorriam antes da construção da hidrelétrica. Dezenas de crianças que deveriam estar nas escolas, não estão por que a barragem isolou as comunidades ou por que não tem escola perto. Somente no município de

Cavalcante, são 50 (cinquenta) crianças das comunidades atingidas totalmente fora da escola e mais 100 (cem) que vão a escola esporadicamente.

- **Acesso público e imediato a todos os documentos de estudos e investigações realizados pelo BID e ou pela Tractebel sobre a barragem de Cana Brava.**
- **Convênio para contratação de equipe técnica para prestar apoio técnico agrícola, social e em saúde a todas as famílias atingidas.**

Aguardamos retorno.

Atenciosamente;

Nazareth Pereira

Manoel Leite de Oliveira

Leduino Domingues do Nascimento

Coraci Dias Ferreira

Wanderleia Narciso Vasconcelos Mendes

Agenor Costa e Silva

pela coordenação do MAB em Cana Brava

Entidades apoiadoras: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH); Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social (FASE); Food First Information and Action Network (FIAN Brasil); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar (FBSAN); Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH); Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (DHESC); Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Equipe de Conservacionistas Santa Cruz (ECOSC); Justiça Global; Terra de Direitos; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fboms); Via Campesina; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Federação dos Estudantes de Agronomia (Feab); Rede Nacional de Advogados Populares (Renap); Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Fórum Carajás.